

Práticas cotidianas e processos de territorialização: dando visibilidade à informalidade vivenciada nos semáforos

Daily practices and territorialization processes: giving visibility to the informality experienced at traffic lights

Dayane Alves de Souza Fujimori¹, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0214-9389>; Elisa Yoshie Ichikawa²; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7096-7653>

1. Graduada em Administração pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) - Campus de Paranavaí. Mestre em Administração pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). tua na Prefeitura Municipal de Paranavaí – Paraná – Brasil. Pós-graduada em Gestão de Pessoas pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) e em Didática e Metodologia do Ensino Básico e Superior pelo Centro Universitário UniFatecie (UNIFATECIE). E-mail: dayaneadmt2@hotmail.com

2. Graduada em Administração de Empresas pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) – Paraná - Brasil. Mestre em Administração e Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-doutora pelo Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais (CEPEAD/UFMG)- MG - Brasil. Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá – Paraná – Brasil. E-mail: eyichikawa@uem.br

Resumo

Neste artigo, buscou-se compreender como ocorrem as práticas cotidianas no processo de territorialização de trabalhadores nos semáforos da cidade de Maringá - PR. O aporte teórico se respalda nos conceitos trabalhados por De Certeau (2014), De Certeau, Giard e Mayol (2013) e Raffestin (1993). Para tanto, por meio de pesquisa qualitativa, realizou-se observação participante e entrevistas de história oral temática com trabalhadores entre os meses de maio e setembro de 2018. Para interpretar os dados coletados, foram utilizadas as narrativas dos entrevistados e as observações anotadas em diário de campo. A análise permitiu verificar práticas de apropriação, práticas de resistência e pequenas artimanhas. Observou-se que o tempo, a idade e a hierarquização são fundamentais nas relações de poder e permitem que os trabalhadores territorializem o espaço. Assim, em meio às incertezas e ao preconceito que lidam diariamente, eles resistem, fazem bricolagens e constroem territorializações com a prática da informalidade.

Palavras-chave: cotidiano, territorialização, informalidade, trabalho de rua

Abstract

In this article, it was sought understand how daily practices occur in the process of territorialization of workers at traffic lights in the city of Maringá - PR. The theoretical contribution is supports on the concepts worked by De Certeau (2014), De Certeau, Giard and Mayol (2013) and Raffestin (1993). Therefore, through qualitative research, participant observation and thematic oral history interviews were carried out with workers between the months of May and September 2018. To interpret the data collected, the interviewees' narratives and the observations annotated in a field diary. The analysis allowed us to verify appropriation practices, resistance practices and small tricks. It was observed that time, age and hierarchy are fundamental in power relations and allow workers to territorialize space. Thus, in the midst of the uncertainties and prejudice they deal with daily, they resist, make bricolagens and build territorializations with the practice of informality.

Keywords: daily, territorialization, informality, street work

Citation: Fujimori, D. A. S., & Ichikawa, E. (2023). Práticas cotidianas e processos de territorialização: dando visibilidade à informalidade vivenciada nos semáforos. *Gestão & Regionalidade*, 39, e20238070, <https://doi.org/10.13037/gr.vol39.e20238070>



1 Introdução

No Brasil, a partir da década de 1990, a junção das tecnologias e da competitividade do comércio global ocasionaram profundas mudanças no contexto do mercado de trabalho e das estruturas econômicas (Costa, 2010b; Costa, 2010a). Com isso, houve maiores privatizações e abertura para o comércio internacional que resultaram numa reestruturação produtiva, afetando os níveis de emprego e sua qualidade no que tange à flexibilização dos vínculos e regimes trabalhistas (Costa, 2010b).

Nesse contexto, Ulyssea (2006) afirma que houve aumento da informalidade, resultado do crescimento de trabalhadores por conta própria e sem carteira de trabalho assinada. Isso porque, a população passou a encontrar sua fonte de renda em atividades informais, geralmente precárias e irregulares, como aponta Costa (2010a), ficando evidente já naquele período, o crescimento do número de trabalhadores nas ruas dos grandes centros urbanos do Brasil realizando a venda de roupas, alimentos, produtos importados da China, dentre outros.

Ademais, para Mattei (2018), a partir de 2015, a crise econômica ocasionou uma redução das atividades econômicas que afetou diretamente o mercado de trabalho brasileiro, prejudicando a conjuntura predominante no período 2003-2014. Para se ter ideia, nos anos de 2015 e 2016 o país conviveu com uma das maiores recessões econômicas registradas em sua história, afetando negativamente os diversos segmentos sociais, principalmente a classe trabalhadora em virtude do desemprego e da queda salarial (Mattei, 2018).

Diante desse cenário, em 2017 aconteceu a reforma trabalhista, por meio da Lei nº 13.467/17, com a promessa de criação imediata de milhares de empregos. No entanto, verificou-se que a lei contribuiu para a transição de trabalhos formais para trabalhos informais, sendo que estes últimos ocorrem em meio à desregulamentação, ausência de proteção e queda das contribuições necessárias à aposentadoria (Pochmann, 2020). Congruente a estes argumentos, Mattei (2018) alega que o foco da lei era a redução de custos laborais e aumento dos lucros empresariais, desconsiderando a legalidade do trabalho precário e o desequilíbrio entre capital e trabalho no que tange às relações de produção.

O cenário ainda é preocupante, visto que no 1º trimestre de 2021, conforme dados do IBGE (2021), o Brasil atingiu a marca de 14,8 milhões de pessoas em busca de emprego e 34,0 milhões de pessoas agindo na informalidade, o que demonstra grande número de brasileiros sem os direitos trabalhistas. Segundo Anjos, Fraga e Teodósio (2020) existem pessoas que entram no mundo da informalidade em decorrência das dificuldades que encontram para se reinserir no mercado de trabalho, enquanto outras recorrem a estas atividades para complementar sua renda.

Embora o desemprego possa ser um aspecto que contribui para o aumento da informalidade, existem outras causas para tal. Como aborda Cacciamali (2000), o setor informal pode absorver alguns tipos de trabalhadores: aqueles que não conseguem se inserir no setor formal devido a fatores como idade, sexo, habilidade, etc., os desempregados expulsos do mercado de trabalho por conta do ciclo econômico e aqueles que veem as atividades informais como um meio para sobreviver.

Mas onde eles estão? Os trabalhadores que agem na informalidade estão em diversos lugares, porém o sujeito que trabalha nas ruas, especificamente nos semáforos, ganha centralidade nesta pesquisa. Conforme explicam Nascimento, Reis e Teodósio (2017, p. 1085), “as pessoas que vivem do sustento de rua geralmente necessitam se reinventar para permanecerem nas vias urbanas, saindo ou tangenciando a lógica tradicional do sistema capitalista”. Presume-se, portanto, que o sujeito que trabalha nas ruas (e nos semáforos)



precisa agir entre as brechas para tentar driblar o poder dominante e então realizar seu trabalho em meio aos empecilhos que surgem em seu dia a dia, ou seja, em seu cotidiano.

Esse cotidiano é trabalhado por De Certeau (2014) e De Certeau, Giard e Mayol (2013) a partir dos conceitos de tática, estratégia e conveniência que provocam a sua invenção. Nesta pesquisa, parte-se do princípio de que por meio dessas práticas cotidianas o sujeito ressignifica determinados espaços, isto é, os territorializa (Raffestin, 1993), tornando-os seus a partir das relações de poder. Logo, o objetivo desta pesquisa consiste em compreender como ocorrem as práticas cotidianas no processo de territorialização de trabalhadores nos semáforos da cidade de Maringá-PR.

Assim, este artigo está organizado em cinco partes, incluindo esta Introdução. Na segunda parte, são apresentadas as teorias que serviram de alicerce para a construção deste estudo. Na terceira parte, mostram-se os procedimentos metodológicos. Na quarta parte, apresentam-se as análises das observações e entrevistas. Na quinta parte são tecidas as conclusões.

2 Entrelaçamento entre práticas cotidianas e processos de territorialização

O cotidiano não se trata apenas de rotina ou de simples acontecimentos diários, mas acontece por meio de movimentos sutis, os quais são realizados pelas pessoas que o reinventam a todo o momento. Nesse sentido, torna-se possível mencionar Michel De Certeau, autor que dedica seu estudo a este homem (ou mulher) que ele denomina de ordinário, ou seja, aquelas pessoas aparentemente fracas na sociedade. Segundo De Certeau (2014), estas possuem um estatuto de dominadas, o que não quer dizer que sejam passíveis ou dóceis. A partir do exposto, o homem ordinário não é somente um sujeito que aceita tudo que lhe é imposto, mas pode burlar o que está formalmente estabelecido, e, com isso, fazer bricolagens.

Nas palavras de Courpasson (2017, p. 848), De Certeau entende o cotidiano “como uma esfera de resistência”, sendo que, para Souza Filho (2002), as pessoas comuns atuam no mundo diário por meio de táticas do fazer, invenções anônimas e desvios do que fora estabelecido pelo poder dominante. Sendo assim, o cotidiano pode ser compreendido como um espaço de lutas, visto que De Certeau atribui papel importante às relações de poder que refletem na construção social da vida cotidiana (Barbosa, & D’Ávila, 2017).

Essas relações de poder acontecem no cotidiano e estão presentes em diversos territórios, podendo ressignificá-los. Por este motivo, Souza (2009) entende o território como um campo de força, pois além de dizer respeito a uma dimensão espacial do espaço, dependendo, muitas vezes, de sua dimensão material, ele também é intangível por si só devido se tratar de uma relação social. Nesse sentido, Raffestin (1993) trabalha com o território a partir de uma perspectiva relacional, visto que se constrói por meio das relações sociais, geralmente marcadas pelo poder e que se efetua no espaço.

De Certeau (2014), entende que estas práticas se referem às “maneiras de fazer” do homem ordinário e são vistas como estratégias e táticas, em que o cotidiano passa a ser compreendido não apenas como rotina, mas como movimento. Para o autor, a estratégia é praticada pelo sujeito de poder e é operada de maneira planejada e calculista, podendo ser definida como o cálculo das relações de forças, em que um sujeito de querer e poder pode ser isolado. Além disso, segundo o autor, a estratégia é postulada de um lugar “próprio”, o qual dá subsídios para que as ameaças sejam geridas, ou seja, é por meio das estratégias que são estabelecidas as regras do jogo. O “próprio” a que De Certeau (2014, p. 94) se refere diz respeito à conquista do lugar sobre o tempo, permitindo “capitalizar vantagens conquistadas, preparar expansões futuras e obter para si uma independência em relação à variabilidade das



circunstâncias”, proporcionando legitimidade àquele que o detém e sendo possível ver de longe e antecipar-se ao tempo.

A tática, por sua vez, é praticada pelo sujeito que, utilizando-se de suas artimanhas, procura driblar o formalmente estabelecido. Para De Certeau (2014, p. 95), ela “opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ‘ocasiões’ e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas”. O sujeito que possui poder e lugar privilegiado pode manipular estratégias sobre seus alvos, sendo que estes últimos devem manipular ações, de forma calculista, a fim de subverter o que fora estabelecido (Palhares, Carrieri, & Oletto, 2019).

Nesse sentido, “pensar em táticas implica tratar da dissolução da ordem, uma vez que a ordenação é da esfera da estratégia” (Honorato & Saraiva, 2016, p. 177). Além disso, segundo estes autores, conforme a estratégia for controlando o espaço em que predomina o seu poder, vão surgindo resistências, o que implica em táticas. Logo, apesar de serem distintas, estratégias e táticas não podem ser vistas de maneira antagônica, pois coexistem.

Assim sendo, Raffestin (1993) defende que todo trabalho, energia e informação transformam o espaço em território, revelando que o poder permeia tais relações. Para o autor, o espaço preexiste a qualquer ação, ou seja, trata-se de um elemento dado, como se fosse matéria-prima ou algo sem significação, o qual se tornará território a partir da ação de um sujeito.

O espaço é o lugar onde as atividades de todos os tipos acontecem e lá é que são traçadas as estratégias e onde acontecem as batalhas para defendê-las, sendo assim o espaço não pode ser tratado como sendo neutro, uma vez que já se encontra ocupado e ordenado, tendo sido um espaço de luta e confrontos ideológicos que se alteram ao longo dos anos (Correia, Pereira & Carrieri, 2019, p. 31).

Raffestin (1993) considera que todo projeto se apoia num conhecimento e numa prática, ou melhor, em ações e comportamentos que sugerem a posse de sistemas sêmicos, ou seja, códigos e símbolos. A partir disso é que surgem os sistemas territoriais e por meio de uma representação original o ator pode decidir construir diversos tipos de tessituras e, posteriormente, articular todos ou somente alguns pontos em redes, afirma Raffestin (1993). Aqui, os sujeitos agem por meio de suas práticas e das relações de poder.

Segundo Raffestin (1993) mesmo não sendo discernível, o sistema territorial possui uma existência com a qual é preciso levar em consideração, visto que interfere nas estratégias dos indivíduos, as quais podem ser estratégia ou tática, segundo De Certeau (2014). O autor coloca que toda prática realizada no espaço é induzida por um sistema de ações ou de comportamentos e pode ser considerada uma produção territorial, sucedendo em tessitura, nó e rede, pois, “nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa à necessidade de organizar o campo operatório de sua ação” (Raffestin, 1993, p. 150). Em razão de ser organizado hierarquicamente, para o autor, o sistema permite que se assegure o controle de tudo que pode ser distribuído, alocado ou possuído pelos indivíduos, garantindo a ordem.

Nesse contexto, a tessitura, para Raffestin (1993), diz respeito a limite, que, de forma explícita ou implícita, demonstra como um grupo se relaciona numa porção do espaço. Os nós significam onde os atores se localizam, ou melhor, aqueles que podem ajudar ou não, ou que tem acesso ou não a determinados recursos (Raffestin, 1993). E as redes, segundo Raffestin (1993, p. 156), tratam-se de “um sistema de linhas que desenham tramas”, podendo ser abstratas ou concretas, que deveriam assegurar a comunicação, porém, muitas vezes, asseguram apenas o que é de seu interesse ou de interesse de seu grupo.

De Certeau (2014), por sua vez, fala que o espaço é considerado um lugar praticado, a

exemplo de uma rua que se transforma em espaço a partir das práticas dos sujeitos. Para tanto, de acordo com Courpasson (2017), De Certeau deseja descobrir a resistência do vivido ao concebido, por meio da observação minuciosa das práticas cotidianas. Segundo Sousa Filho (2002, p. 4), De Certeau se interessa “não pelos produtos culturais como oferecidos no mercado dos bens, mas pelas maneiras diferentes de ‘marcar socialmente a distância’ adotadas pelos consumidores nos atos de consumir”. Assim, por meio de táticas e estratégias, o sujeito age no território à sua maneira (De Certeau, 2014) e de acordo com seus objetivos intencionais (Raffestin, 1993).

Outro ponto que merece destaque, trata-se do conceito de conveniência, termo cunhado por Pierre Mayol, juntamente com Michel De Certeau e Luce Giard, num estudo sobre as práticas culturais dos usuários da cidade no espaço do seu bairro. A conveniência seria um contrato tácito, que tem por objetivo afastar o que não convém e manter em ordem a vida cotidiana dos indivíduos. Para tanto, ela ocorre em meio ao coletivo, haja vista que o público e o privado não possuem significação sem o outro (Mayol, 2013). No espaço do bairro ou em qualquer outro grupo, existe uma relação entre os indivíduos e, para manterem a sua homogeneidade, precisam renunciar certos aspectos relacionados à sua vontade e estar de acordo com os padrões da coletividade.

Entende-se, então, que as práticas dos sujeitos (De Certeau, 2014) ocorrem no sistema territorial (Raffestin, 1993) e ocasionam os processos de territorialização das pessoas que trabalham nos semáforos. O próprio De Certeau (2014) diz que as práticas permitem a apropriação do espaço organizado. Por isso, observa-se que elas estão inseridas no cotidiano dos negócios, sejam eles formais ou informais, (Palhares, Carrieri, & Oletto, 2019), mostrando que é por meio das ações dos sujeitos, seja na condição de tática, estratégia ou conveniência, que o processo de territorialização acontece.

3 Percurso metodológico

Para alcançar o objetivo proposto nesta pesquisa, foi realizado um estudo de natureza qualitativa, por meio de observação participante e entrevistas de história oral temática. As pesquisadoras permaneceram em campo entre maio e setembro de 2018. Nesse período, realizou-se a observação participante em cinco cruzamentos de uma grande avenida na cidade de Maringá, com cinco trabalhadores, visto que por se tratar de uma avenida que liga a entrada e a saída da cidade tornou-se possível sentir as sutilezas trabalhando mais profundamente em alguns pontos, sutilezas essas que possibilitaram sentir as razões das pessoas escolherem aqueles semáforos ou até mesmo os produtos que vendiam. Nesse período, as principais atividades exercidas pelas pesquisadoras eram vender junto com eles e cuidar do ponto. Todas as atividades, sensações e observações foram anotadas em diários de campo.

Cumprido salientar que, segundo Vieira e Pereira (2005), a observação participante se trata da técnica em que o pesquisador se insere total ou parcialmente no campo de estudo, passando, nesse momento, por um processo de “aculturação” e vivenciando o cotidiano do grupo analisado. Nesse sentido, a observação participante foi favorável para o estudo proposto, pois, conforme apontam Vieira e Pereira (2005), uma das maneiras de estudar a natureza de uma cultura ou de uma subcultura é observar o funcionamento do dia a dia de um dado grupo ou organização. Aqui, as características da cultura que está sendo observada se tornarão evidentes à medida que as relações entre os indivíduos, a linguagem utilizada, os símbolos, as imagens e as rotinas do dia a dia se tornarem conhecidas. Assim, ao se explorar o racional dos vários aspectos de dada cultura, é possível descobrir que existem explicações históricas para as formas pelas quais as coisas são feitas.



No transcorrer da realização da observação participante, foram desenvolvidas 17 entrevistas de história oral temática com diversos trabalhadores nos semáforos ao longo dessa avenida, inclusive com aqueles em que foi realizada a observação participante, exceto com um que não quis ser entrevistado. Com isso, tornou-se possível encontrar uma pluralidade de pessoas que lá trabalham, sejam eles jovens e idosos, homens e mulheres. Um aspecto considerado nessa escolha foi refletir sobre os diferentes tipos de produtos que eram comercializados por eles, bem como os diferentes pontos da avenida em que se localizavam, pois, tanto os produtos quanto os pontos têm suas peculiaridades. Cabe destacar que os nomes utilizados para referir-se a eles são fictícios.

Quadro 1 – Descrição dos entrevistados

Nome	Cruzamento com a Avenida Colombo	Tipo de trabalho	Idade	Tempo de trabalho nos semáforos de Maringá
Alfredo	Avenida Morangueira	Panfleteiro	38	8 meses
Augusta	Avenida Duque de Caxias	Vendedora de cocada, amendoim e paçoca	62	7 anos
Orlando	Avenida 19 de Dezembro	Vendedor de guardanapo	60	3 meses
Jorge	Avenida Mandacaru	Vendedor de goma	24	7 meses
Roberto	Rua Paranaguá	Vendedor de bala	40	1 ano e 6 meses
Alice	Avenida Bento Munhoz da Rocha Netto	Vendedora de trufa	33	1 ano
Osmar	Rua Paranaguá	Vendedor de bala	61	6 anos
Luiz	Avenida Pedro Taques	Malabarista	42	18 anos
Pedro	Avenida São Paulo	Vendedor de pão	32	2 anos e 3 meses
Mário	Avenida Duque de Caxias	Vendedor de água, protetor solar de carro, paçoca, carregador de celular e bandeira do Brasil	58	5 anos
Regina	Avenida Morangueira	Vendedor de paçoca e amendoim	54	10 anos
Inácio	Avenida Mandacaru	Vendedor de goma e chiclete	72	4 anos
Estela	Rua Paranaguá	Panfleteira	32	1 ano
Sérgio	Avenida Tuiuti	Vendedor de bala, água e poncã	29	8 meses
Eduardo	Avenida Morangueira	Vendedor de água	29	1 ano
Ricardo	Avenida Duque de Caxias	Vendedor de goma e pedinte em situação de rua	30	4 anos
Lucas	Avenida Duque de Caxias	Pedinte em situação de rua	19	2 anos

Fonte: elaborado pelas autoras (2018)

As análises das entrevistas de história oral temática, assim como das observações, foram feitas por meio de um confronto entre teoria, narrativas dos entrevistados e anotações do diário de campo. Dessa forma, no processo de análise e interpretação das falas e observações dos sujeitos, buscou-se fazer diálogos com as teorias utilizadas (cotidiano de De Certeau e territorialização de Raffestin), com a finalidade de alcançar os objetivos da pesquisa.

4 Práticas cotidianas e processo de territorialização nos semáforos da cidade de Maringá



Durante a permanência em campo e nas próprias entrevistas, ficou perceptível que a idade, a cidade em que moram e até os empregos em que trabalharam anteriormente são aspectos que de certa forma se entrelaçam no entendimento da razão de estarem nos semáforos e, conseqüentemente, das práticas cotidianas no processo de territorialização.

Por falta de opção, é... Tem muita entrega de currículo, poucas oportunidades. Quando você arruma algum bico pra fazer, o pessoal quer te explorar... Então, a maneira que eu encontrei de sustentar a minha família foi essa (Roberto, vendedor de bala, 40 anos).

Ah, porque estava sentindo falta das coisas em casa, né? A gente tem que apelar pra alguma coisa, né? Aí foi onde que a [minha] “fia” achou de vender bala no semáforo que dava dinheiro (Osmar, vendedor de bala, 61 anos).

Ah, porque está difícil também emprego, né? E aqui eu até ganho bem também. Dá pra mim tirar um dinheiro bom. Trabalho das 11h às 16h30 (Eduardo, vendedor de água, 29 anos).

Destaca-se que no semáforo existe a mistura de pessoas que estão trabalhando. Assim, é possível perceber, com base na revisão bibliográfica realizada, que o desemprego não é apenas o único desencadeador de trabalho informal exercido nos semáforos, mas é opcional por parte de alguns trabalhadores, em decorrência de benefícios como liberdade e autonomia.

Decidi trabalhar nos semáforos por causa da liberdade. Não tem patrão. Horário que quiser. E sempre tem dinheiro. Não precisa esperar o dia cinco, nem o dia vinte. Todo dia tem dinheiro [...] (Sérgio, vendedor de bala, 29 anos).

Com base em suas memórias, o trabalho exercido informalmente nos semáforos é um meio de sobrevivência para esses trabalhadores que fogem do que é “correto” pra sociedade. Afinal, talvez esta possua a ideia de que uma pessoa está de acordo com seu padrão quando possui registro na carteira de trabalho. Mas, e quando devido ao desemprego, idade ou por condições familiares, a pessoa se vê sem alternativa de possuir o registro em carteira? Nessa conjuntura, o semáforo torna-se um meio de ganhar a vida, como é o caso de Augusta que se desloca de outra cidade e tem o semáforo como sua forma de sobreviver.

Contudo, observou-se a presença de pedintes e o uso de bebidas e drogas. Dessa maneira, o semáforo possui uma heterogeneidade, visto que pode ser uma fonte de pedir dinheiro por pessoas que se encontram em situação de rua.

Tenho 19 anos. Eu nasci em Loanda, daí minha mãe faleceu, com 26 anos. Daí eu peguei e vim aqui morar com meu pai, daí não deu certo, fiquei com ele até os 16 anos, daí eu vim pra rua e agora eu estou na rua. Faz uns dois anos [que estou na rua], por aí, e todo o tempo que eu estou na rua, eu estou pedindo no semáforo (Lucas, pedinte em situação de rua, 19 anos).

Assim, cada um possui singularidades. A informalidade realizada nos semáforos é uma prática de resistência, pois as pessoas estão realizando-a por causa do desemprego, da opção pela não inserção no mercado de trabalho formal e/ou de viver na rua, e para continuarem trabalhando mesmo após a aposentadoria. Esses diversos aspectos fizeram com que o indivíduo realizasse essa prática e transformasse o semáforo, nos dizeres de De Certeau (2014), num lugar praticado.

Além disso, a vida corriqueira nos sinaleiros demonstra ações, gestos e palavras que revelam as maneiras de fazer do homem ordinário. Embora as “regras do jogo” sejam estabelecidas por meio da estratégia, existem aqueles que burlam tais regras. Como também, os trabalhadores mantêm uma relação constante com os demais trabalhadores, motoristas e transeuntes que passam pelos semáforos. Essas relações mostram-se presentes no dia a dia de tais trabalhadores e o resultado observado são aproximações ou distanciamentos entre os sujeitos que se encontram nos semáforos, com base no sistema territorial mencionado por Raffestin (1993) e nas práticas cotidianas mencionadas por De Certeau (2014).

Nos semáforos existe a prática implícita de demonstrar que aquele espaço tem dono. Na maioria dos casos, eles utilizam árvores e placas de sinalização para guardarem os seus pertences e mesmo que seja um pequeno detalhe, demonstra que aquele ponto já é apropriado e dominado por um trabalhador. Observaram-se, assim, estas práticas: Augusta quando chega para trabalhar, pendura suas sacolas no coqueiro; João põe sua bolsa na placa de sinalização; e Osmar, logo quando chega, já monta seu banquinho de madeira no canteiro central e põe seus pertences na árvore. Aqui, percebe-se que essa prática descreve bem o que Raffestin (1993) denomina tessitura e nó, já que aquela diz respeito ao limite, mesmo que não esteja desenhado literalmente, e este refere onde os atores se localizam.

Ademais, a colocação de pregos nas árvores está diretamente relacionada com a prática de apropriação e mostra quem é o “dono do ponto”, pois é onde eles guardam seus pertences. Dessa maneira, pôde-se verificar a apropriação nas situações mencionadas e, mais ainda, daquilo que é público, daquilo que deveria ser de todos e não algo particularizado. Assim, com base nas ideias de De Certeau (2014), percebe-se que um espaço que outrora não tinha significados, passa a ter as marcas dos trabalhadores que se utilizam daquele espaço.

O cotidiano nos semáforos revela ainda que cada trabalhador estabelece os dias e horários para trabalhar, consumindo à sua maneira o que lhe é imposto, nos dizeres de De Certeau (2014). Por essa razão, observou-se que a maioria das pessoas possui dias e horários certos para trabalhar, assim como aqueles que estabelecem um dia para trabalhar, um para preparar os produtos para as vendas e outro para descansar.

Terça, quinta e sábado. [...] Porque um dia a gente prepara a mercadoria, no outro dia a gente vende a mercadoria que a gente preparou (Regina, vendedora de paçoca e amendoim, 54 anos).

Eu geralmente eu tiro a segunda e a terça-feira pra mim descansar, porque eu trabalho no resto dos dias, né? Na quarta, quinta, sexta eu trabalho no horário da tarde [...] Sábado e domingo eu trabalho na parte da manhã, porque são pra mim... São os melhores dias, porque tem pessoas que não estão trabalhando. Por exemplo, hoje você vê esse fluxo de carro aqui, mas a maioria deles, eles estão trabalhando. A maioria deles não pode ter uma oferta ali pra te dar (Luiz, malabarista, 42 anos).

Pode-se inferir que a narrativa de Luiz, no trecho acima, revela uma estratégia a partir da ótica De Certeauiana, tendo em vista que ele estabelece seus dias de trabalho com base na ideia de que em outros dias da semana a maioria dos motoristas estará trabalhando e não terá uma oferta para lhe dar. Ou seja, nas palavras de De Certeau (2014), ele tem o tempo e o lugar para pensar e em seguida agir.

Mas, para conseguir dinheiro dos motoristas, é preciso se utilizar de pequenas artimanhas, como é o caso de Lucas que ao pedir inventa pequenas histórias aos motoristas, o que se configura como uma estratégia na visão de De Certeau (2014), uma vez que Lucas teve tempo de racionalizar sobre como agir.

Eu chego nas pessoas e conto uma história pra elas e elas dão o dinheiro, ué. Qualquer uma, eu invento na hora. Você fala, olha: “Boa tarde senhora! Eu vim de não sei da onde e eu estava precisando de uma ajuda. Eu nem ia pedir dinheiro pra senhora, é que eu estou com fome mesmo, eu queria comer”. Daí a mulher vai e me dá o dinheiro [risos]. Tem vezes que eu vou com a mesma história o dia inteiro. Tem vezes que eu mudo. Daí eu tenho que inventar outra. Daí eu paro e fico pensando: “qual história que eu vou inventar pra mim ganhar dinheiro?” Senão não ganha, se for só pedir não ganha (Lucas, pedinte em situação de rua, 19 anos).

Desse modo, reafirma-se que ocorre a transformação de um lugar para um espaço, espaço este repleto de significados e que possuem as maneiras de fazer do homem ordinário que, por meio de suas práticas cotidianas, atribuem outro significado e deixam suas marcas, transformando o semáforo, conforme afirma De Certeau (2014), num lugar praticado.

Por outro lado, diariamente os trabalhadores lidam com preconceito de motoristas e transeuntes, mas pelo fato de sobreviverem daquele trabalho eles encontram brechas para amenizar a situação, ou seja, precisam saber jogar o perde-ganha.

Todos agradecem. É difícil um que às vezes passa chorando, mal humorado. Às vezes problema na família, né? Quando eu vejo que tem alguma coisa, eu já passo reto. Eu ofereço. Quando não abre o vidro a gente vê que já está com algum problema, a gente passa reto (Regina, vendedora de paçoca e amendoim, 54 anos).

Outro ponto a ser destacado é que, no caso de vendedores, os produtos que vendem decorrem das facilidades, conforme observado com Inácio: ele compra as caixas de goma em uma distribuidora de doces que fica localizada perto do cruzamento em que trabalha. Desse modo, não precisa se preocupar em levar ao semáforo uma quantidade de caixas, visto que quando está vendendo e as gomas acabam, ele só pega o dinheiro e vai comprar mais. Assim, até a escolha pelo semáforo pode se caracterizar com uma prática a partir da ótica De Certeauiana.

Ah, porque aqui fica mais dois que são parentes, que é vendedor, fica perto, né? E fica perto do banheiro, perto do posto, né? Perto do lugar que a gente toma água também, que tem bebedouro. Então, é mais facilidade, né? Pra gente (Regina, vendedora de paçoca e amendoim, 54 anos).

[...] Lá não vai ninguém, daí eu prefiro estar em local isolado, porque, por exemplo, aqui... Se eu trabalhar aqui, nesse farol aqui, os carros já estão vindo de lá, já tem pessoas trabalhando lá naqueles faróis, pegando oferta lá, chega aqui desanimado, “ah, mais um”. Então, é assim que eu penso, daí eu prefiro ir num lugar onde não tem ninguém. [...] Eu gosto de trabalhar em saída e entrada da cidade. Eu não gosto de entrar no meio da cidade (Luiz, malabarista, 42 anos).

Observou-se que os trabalhadores ficam nos semáforos que possuem maior tempo com a luz vermelha ou que têm menos pessoas, como no caso de Luiz que procura trabalhar isoladamente. Assim, os trabalhadores agem estrategicamente ao escolherem os semáforos, visto que possuem o tempo para agirem e assim, quem sabe, terem um lucro maior.

De modo geral, a prática da divisão de fileiras acontece no cotidiano dos semáforos. Aqui, reporta-se a Raffestin (1993) que trata das tessituras, as quais dizem respeito a limite e demonstra como um grupo se relaciona numa porção do espaço. As tessituras nos semáforos demonstram qual o limite que um trabalhador “domina”, onde cada um se localiza e onde já tem dono. Assim, o trabalhador aproxima ou distancia aquele que pode lhe trazer algum benefício e que resulta na territorialização.

A gente divide os espaços de tempo, cada um trabalha um pouco. O outro está cansado, senta pra descansar, o outro trabalha (Roberto, vendedor de bala, 40 anos).

Para ter um melhor entendimento dessas narrativas, cita-se Raffestin (1993), que coloca que toda prática realizada no espaço é induzida por um sistema de ações ou de comportamentos e pode ser considerada uma produção territorial, sucedendo em tessitura, nó e rede, já que toda sociedade precisa organizar o campo onde ocorrerão suas ações. Assim, as pequenas práticas dos trabalhadores nos semáforos contribuem para a organização, hierarquização e delimitação de um território.

Desse modo, sobre as relações que são estabelecidas no cotidiano, existe a prática da individualidade, ou seja, geralmente os trabalhadores com mais tempo nos semáforos preferem trabalhar sozinhos, não admitindo a presença de outros trabalhadores, mesmo não sabendo o motivo pelo qual o “novo” está ali. Nesse sentido, para se manter sozinho no semáforo, o trabalhador conversa ou até mesmo discute com os novos para que procurem outro semáforo. Sobre essa situação foi feita a seguinte anotação no caderno de campo (01 de agosto de 2018): “Roberto e Osmar não permitiam a presença de outros trabalhadores, sendo que Osmar disse a um homem que estava arrecadando dinheiro para fazer marmitas para pessoas que se encontram em situação de rua: ‘tem ponto lá! Aqui já tem dois’”.

Esse território demonstra a existência de relações de poder (Raffestin, 1993), onde os trabalhadores mais “antigos” no semáforo possuem sentimento de posse por aquele espaço, dominam e não permitem a presença de outros. Desse modo, o ato de deixar ou não um trabalhador no mesmo semáforo ou o ato de se apropriar de alguns espaços, ocasiona a territorialização.

O pronome possessivo “meu” se faz presente no dia a dia do trabalho nos semáforos, tendo em vista que os sujeitos consideram-se donos daquele espaço. Para Souza (2009), o território é entendido como um campo de força, pois além de dizer respeito a uma dimensão espacial do espaço, ele ainda é intangível por si só devido se tratar de uma relação social. Como também, para Raffestin (1993), o espaço é um lugar ou um campo de possibilidades, em que a partir das relações sociais de comunicação surgem os sistemas territoriais e o ator pode decidir construir diversos tipos de tessituras e articular todos ou somente alguns pontos em redes. Nas narrativas dos entrevistados isso fica perceptível.

Aqui, faz dez anos que eu trabalho aqui, só que um respeita o outro. Se chega, tem dois, três vendedores, o outro já vai procurar outro semáforo, é assim. Só que do meu eu não saio, porque meu lugar... Se eles acharem que está pequeno o espaço, eles que procuram outro, porque ali o lugar já estou acostumada, né? Já tenho os meus fregueses também (Regina, vendedora de paçoca e amendoim, 54 anos).

Quando chegam outros, aí eu vou conversar com a pessoa. Porque eu trabalho há bastante ano. Aí é mais difícil, né? Entrar gente estranho, né? Muita pessoa, um estorva o outro, né? Aí fica mais difícil pra vender, né? Não tem conhecimento, né? Eu vou conversar com a pessoa que eu trabalho há bastante ano ali, né? Pra pessoa arrumar um sinaleiro pra ela trabalhar, né? (Mário, vendedor de água, 58 anos).

Os “novos” trabalhadores que chegam aos semáforos possuem o hábito de pedir autorização para aquele que já está trabalhando e é aí que ocorrem as relações de poder entre eles. E caso não ocorra esse pedido de autorização, os trabalhadores mais “antigos” conversam e/ou discutem com aqueles para procurarem outro semáforo. Isso ficou bem claro no dia em que uma moça estava em seu primeiro dia de trabalho no semáforo e foi pedir autorização ao Mário para trabalhar no mesmo local que ele, porém este não deixou e ela saiu. Nesse sentido, conforme diz Raffestin (1993), os indivíduos agem no sistema territorial e



delimitar seria isolar ou subtrair momentaneamente ou até mesmo manifestar poder numa área precisa, a fim de territorializar. O trecho abaixo evidencia isso:

Tem gente que vem aqui, que nunca veio, primeira vez, vê a gente entregando e vem pedir permissão pra poder vender ali (Alfredo, panfleteiro, 38 anos).

A narrativa e as observações vão ao encontro de que o trabalho de rua tem aumentado nas últimas décadas, demonstrando que as pessoas que sobrevivem do trabalho nas ruas precisam “burlar” o sistema capitalista (Nascimento, Reis, & Teodósio, 2017).

Atrelado a isso, o tempo possui papel preponderante no processo de territorialização, pois aquele faz com que o sujeito que trabalha nos semáforos consiga ressignificar e territorializar. Nesse sentido, segundo Raffestin (1993), os sistemas de tessituras, de nós e de redes, organizados hierarquicamente, permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído.

Ainda referente às relações de poder, Ricardo e Lucas, ambos pedintes, só ficam no semáforo após Augusta ir embora. Isso porque, segundo eles, ela tem uma idade avançada, 62 anos, e também está há mais tempo naquele semáforo, 7 anos. Nas observações foi possível perceber que, às vezes, Lucas chegava para pedir dinheiro aos motoristas e Augusta dizia para ir mais tarde, quando ela fosse embora. Ela utiliza-se, portanto, do seu “próprio” (De Certeau, 2014), para alcançar os seus objetivos e territorializar (Raffestin, 1993).

Além disso, Lucas relatou que quando um novo trabalhador chega ao mesmo semáforo em que ele está, aquele tem que pagar pelo ponto, podendo ser caracterizada como uma estratégia, a partir de ótica De Certeauiana, para ter poder no território. Ou seja, referente à Augusta, Lucas utiliza-se de uma tática, ao passo que quando surgem novos trabalhadores ele se utiliza de uma estratégia.

Estou aqui todo dia e aparece outra pessoa... Ou senão ele paga pelo ponto ou senão ele vai pra outro ponto. Cada R\$ 2,00 que ele ganhar um é meu. Cada R\$ 3,00 que ele ganhar, um é meu. Se vier outra pessoa nós fazemos isso. Cada R\$ 3,00 que ele ganhar, um é meu (Lucas, pedinte em situação de rua, 19 anos).

Nesse sentido, alguns trabalhadores visivelmente possuem vantagens nas relações de poder que ocorrem nos semáforos, sendo demonstrado que os próprios trabalhadores enxergam que possuem o “próprio” (De Certeau, 2014) naquele território. Sobre isso, foi escrito no diário de campo (27 de agosto de 2018) que em uma tarde estava muito calor e todos os trabalhadores haviam ido embora e Inácio, que tem 72 anos, continuou trabalhando. Ao questioná-lo sobre isso, ele disse: “pra você ver a situação. O povo está desconsolado. Você vê a luta que eu faço! O povo só compra de mim por causa da minha idade avançada”. Logo, os fatores tempo e idade são aspectos que contribuem para o processo de territorialização.

Destaca-se o caso dos panfleteiros, porque eles não estão vendendo, apenas entregando panfletos. Isso, de certa forma, demonstra que eles possuem o “próprio” também (De Certeau, 2014), pois dificilmente serão expulsos pelos demais trabalhadores. João, por exemplo, não permite a presença de pessoas que podem conseguir dinheiro dos motoristas, como vendedores, pedintes ou outro malabarista, mas quando é panfleteiro, ele “deixa” a pessoa trabalhar, porque ele cuida do ponto “dele”, uma vez que sobrevive dos semáforos.

Pode-se mencionar ainda as redes que, segundo Raffestin (1993, p. 156), tratam-se de “um sistema de linhas que desenham tramas”, podendo ser abstratas ou concretas, que deveriam assegurar a comunicação, porém, muitas vezes, asseguram apenas aquilo que é de seu interesse ou de interesse de seu grupo. Logo, o trabalhador criará vínculos com aquele que

lhe proporcionará algum benefício, como no caso do panfleteiro, pois geralmente o motorista costuma abrir o vidro do carro com mais facilidade, mas afastará aquele que quer conseguir dinheiro ou que está vendendo o mesmo produto.

Concernente a isso, os idosos e os panfleteiros são os que mais detêm o “próprio” naquele território e conseguem territorializar com mais facilidade, pois os panfleteiros não estão vendendo nada e, no caso dos idosos, predomina, talvez, o sentimento de respeito por eles, bem como empatia por parte dos motoristas. Aqui é preciso uma reflexão, pois na sociedade, de modo geral, o idoso é estigmatizado e muitas vezes deixado à mercê, porque não é mais produtivo. Só que no trabalho de rua, a percepção que se teve é que o idoso contorna essa situação e sabe usar essa sua característica em algo que lhe dá vantagem em suas relações. Ou seja, aqui os papéis se invertem, pois o idoso é respeitado e, aparentemente, o sentimento de empatia por parte dos motoristas é maior em relação a eles. E ainda, observa-se que o próprio idoso sabe utilizar estrategicamente essa vantagem que possui nos semáforos, o que faz com que consiga territorializar.

Percebeu-se que nos semáforos, os próprios trabalhadores possuem preconceito com eles mesmos. Certa vez, Mário disse que o malabarismo não é profissão e sim coisa de “vagabundo”, já que eles se contentam com moedinhas e disse: “trabalho de verdade é o de vendas, porque é um esforço de verdade igual ao meu”. Dá a entender que vender faz parte de uma “elite” e outros tipos de trabalho não.

De modo complementar, existe hierarquização entre os próprios trabalhadores, como se fossem os estabelecidos e os *outsiders*. No trecho “agora o que eu não gosto é quando fica cheio de índio, essas pessoas.... Esses nóias quando chegam pedindo aí” da narrativa abaixo, percebe-se que Inácio se acha superior aos “nóias” e indígenas:

O que eu mais gosto aqui do semáforo é a amizade que eu tenho com as pessoas, que eu tenho muito conhecido já. Agora o que eu não gosto é quando fica cheio de índio, essas pessoas.... Esses nóias quando chegam pedindo aí. Eu não gosto muito não. Acho ruim, né? Eu peço a Deus pra eles irem embora (Inácio, vendedor de goma, 72 anos).

Já no que se refere às relações com os motoristas, foi possível perceber certo respeito por estes ao passo que os trabalhadores dependem deles. Nesse sentido, foi percebida a prática da conveniência (Mayol, 2013) no momento em que os trabalhadores procuram tratá-los bem, com o pensamento de que são eles que “colocam comida na casa” e em outro dia podem voltar e comprar. Se tratar mal, eles podem procurar outro trabalhador. Às vezes, mesmo que sejam maltratados, precisam relevar.

A pessoa não quer, eu agradeço e vou embora. Agradeço e vou embora também, porque hoje ele não pega, mas amanhã ele pega. Não é porque ele não quer hoje, “não, hoje eu não quero”, não, mas amanhã ele está passando e ele vai querer. Tem que ter educação. Se você não tiver educação, mesmo se a pessoa te maltratar, se acaso acontecer de maltratar, você não pode desrespeitar e nem desmaltratar, porque você depende deles... Depende deles (Orlando, vendedor de pano de prato, 60 anos).

Sempre tratar as pessoas da mesma forma, porque, na verdade, eu dependo delas, né? Pra me... pra me... Elas comprando ou não, eu posso depender mais na frente se elas não comprarem, né? E elas vão querer comprar um dia quem sabe (Pedro, vendedor de pão, 32 anos).

A conveniência ocorre em meio ao coletivo (Mayol, 2013), ou seja, é preciso haver o eu e o outro. Assim, nos semáforos existe relação entre os trabalhadores e os motoristas, e,

para manterem a sua homogeneidade, precisam renunciar certos aspectos relacionados à sua vontade e estar de acordo com os padrões da coletividade, já que aquele trabalhador que não é conveniente será excluído e não conseguirá exercer o seu trabalho. É por isso que, segundo Mayol (2013), a conveniência se trata de um contrato implícito com o intuito de estabelecer a ordem.

Como também, sorrir e dar bom dia é conveniente, da mesma forma que se trata de uma estratégia. Isso acontece com os próprios panfleteiros, pois é assim que conseguem cativar o motorista e fazer com que aceite a divulgação. Ressalta-se que, no caso de panfleteiros, os motoristas tendem a baixar o vidro e receber a propaganda, o que não acontece na maioria das vezes com os vendedores e demais trabalhadores.

Dando bom dia e mostrando o panfleto no vidro. Daí eles abrem, dando bom dia e entregando pra eles. E o sorriso, né? O que cativa mais eles é o sorriso (Estela, panfleteira, 32 anos).

Entretanto, o que os trabalhadores mais citaram no que diz respeito à relação com os motoristas é a questão de preconceito e ignorância. Muitas vezes o que os trabalhadores diziam é que os motoristas pensam que eles não são trabalhadores e sim usuários de droga.

O que eu menos gosto são as pessoas. Porque têm pessoas que dá gosto de chegar perto e têm outras que não dá. Ah... negatividade, egoísmo, talvez, nojo. Aí tem pessoas que dá gosto de chegar perto. Tem outras que você até evita, quando você já passa perto, você já até evita, porque você sabe que a pessoa não é de bem com a vida ou está com problema, daí... Tem umas coisas boas do sinaleiro, são as pessoas que me dão o dinheiro, mas por outro lado são as pessoas que... As pessoas que maltratam. Não é maltratam, né? Ignoram. Pior do que falar um não, eu acho. Então pra mim sempre são as pessoas (Sérgio, vendedor de bala, 29 anos).

Por fim, para conseguir territorializar e atribuir significados ao que antes se tratava apenas de um espaço, o trabalhador informal precisa conviver com o preconceito, ignorância e falta de educação de algumas pessoas. Isso porque, caso não se acostume a este cenário, torna-se difícil sobre(viver) diariamente sob os semáforos e, assim, territorializar.

A gente já está calejado já [risos]. Não faz mais tanta diferença assim. Às vezes a gente fica chateado com algum ou outro, mas é coisa que no outro dia você nem lembra mais (Pedro, vendedor de pão, 32 anos).

Dessa forma, os trabalhadores nos semáforos fogem às regras a partir do momento em que estão numa situação de desemprego, em situação de rua ou que a idade não permite a inserção no mercado de trabalho formal e eles resistem em meio ao trabalho incerto e repleto de preconceito por parte da sociedade. Mas é por meio das práticas (De Certeau, 2014) - muitas vezes fazendo bricolagem e resistindo ao poder dominante, seja um órgão público ou até mesmo a sociedade - e das relações que a territorialização acontece (Raffestin, 1993). Assim, os trabalhadores atribuem significados aos semáforos, transformando-os em seu local de trabalho.

Quadro 2 – Principais achados da pesquisa

Aspectos apresentados na revisão bibliográfica	Narrativas/anotações
Práticas de apropriação	Colocação de pregos nas árvores. Sacolas penduradas nas árvores. Montagem de banco para se sentar.

Práticas de resistência	Transformação dos semáforos em locais de trabalho.
Pequenas artimanhas	Escolha dos melhores dias e horários para trabalhar. Invenção de histórias para conseguir dinheiro.
Tempo	Pedido de autorização para trabalhar no mesmo ponto.
Idade	Compra dos produtos por causa da idade avançada.
Hierarquização das diferenças	Indígenas e “nóias” são vistos como inferiores.
Bricolagens	Transformação dos semáforos em locais de trabalho.
Falta de opção	Muita entrega de currículo, porém, poucas oportunidades.
Liberdade	Escolha do melhor horário para trabalhar. Liberdade. Ausência de patrão.
Tessituras.	Divisão dos espaços.
Prática de individualidade	Não permitem a presença de outros trabalhadores no mesmo semáforo.
“Próprio”	Panfleteiro, pessoas idosas ou que trabalham há mais tempo nos semáforos.
Conveniência	Criação de vínculos com os panfleteiros. Bom tratamento aos motoristas. Cumprimentos.

Fonte: elaborado pelas autoras (2018)

5 Conclusões

O cotidiano é movimento, não se tratando apenas de rotina e de algo sem importância. A todo momento o homem ordinário está agindo nele e, dessa forma, o inventa a partir de pequenas ações. Então, o homem ordinário resiste, não fazendo necessariamente o que foi estabelecido pelo poder dominante, mas sim o uso diferente do que consome.

Esses movimentos e resistências acontecem nos territórios, os quais são repletos de relações de poder. É por meio das práticas e das relações que o homem ordinário age nos espaços, ou nos sistemas territoriais, atribui significados a eles e deixa suas marcas, muitas vezes atraindo ou distanciando todos aqueles que podem lhe trazer algum benefício.

Presente na vida corriqueira e nos territórios, a informalidade se trata de um fenômeno conhecido no contexto brasileiro, sendo visíveis as práticas dessas atividades em diferentes situações. Isso acontece devido à crescente taxa de desemprego, mas também por conta das escolhas dos sujeitos que buscam ter autonomia na realização de suas atividades. Mas, sendo escolha ou não, o que se percebe é a presença da precariedade nesse tipo de trabalho.

Para atingir o objetivo do estudo, observou-se que nas ruas, especificamente nos semáforos, os trabalhadores buscam driblar essas situações ao transformarem os semáforos em seus territórios. Nesse sentido, foi possível perceber que o semáforo é um campo de forças, havendo relações de poder, em que são visualizadas táticas, estratégias, conveniências, delimitação de espaço e criação de redes, o que permite que o processo de territorialização aconteça num contexto de informalidade.

Por fim, tendo em vista o estudo de trabalhadores que não possuem contrato de trabalho a partir do ponto de vista do cotidiano de De Certeau, considera-se que o trabalho nos semáforos é uma forma de sobrevivência, mas não só isso: também é o local onde existem hierarquizações, vaidades, criatividade e relações de poder. Por meio desses aspectos, eles territorializam os espaços de passagem em seus locais de trabalho (Anjos, Fraga, & Teodósio, 2020). Assim, pode-se enfatizar que aqueles que sobrevivem da informalidade nos semáforos, por mais desprestigiado que possa ser seu trabalho, atribuem significados a eles e territorializam por meio de ações minúsculas, fazendo com que o que poderia ser apenas o cruzamento de algumas ruas ganhe vida no espaço da cidade.



Referências

- Anjos, P. D. S., Fraga, M. S., & Teodósio, A. S. S. (2020). Microcrédito e Trabalho nas Ruas: Desafios no Contexto Brasileiro. *Revista Economia & Gestão*, 20(55), 69-86. Recuperado de <https://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/23849/17029>
- Barbosa, V. L. E., & D'Ávila, M. I. (2017). Colonialidade e práticas cotidianas em Minas Gerais - Brasil. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 12(1), 86-102. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082017000100007&lng=pt&tlng=pt
- Brasil. (2017). *Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)*. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm.
- Cacciamali, Maria Cristina. (2000). Globalização e processos de informalidade. *Economia e Sociedade*, (14), 153-174. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643124/10674>
- Costa, M. S. (2010a). Relações de trabalho e os regimes contemporâneos de emprego na Espanha e no Brasil: um breve paralelo. *Organizações & Sociedade*, 17(54), 499-525. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/osoc/a/mBmFvwPcs4gSbrCQs9PNP3c/?format=pdf&lang=pt>
- Costa, M. S. (2010b). Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. *Caderno CRH*, 23(58), 171-190. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/yj6WzVDLPLscCtPjYVF7BHh/>
- Courpasson, D. (2017). The Politics of Everyday. *Organization Studies*, 38(6), 843-859. Recuperado de <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0170840617709310>
- De Certeau, M. (2014). *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.



- De Certeau, M., Giard, L., & Mayol, P. (2013). *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes.
- Honorato, B. E. F., & Saraiva, L. A. S. (2016). Cidade, população em situação de rua e estudos organizacionais. *Desenvolvimento em Questão*, 14(36), 158-186. Recuperado de <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/3217>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). *Agência de notícias. Desemprego fica em 14,6% no trimestre até maio e atinge 14,8 milhões de pessoas*. Recuperado de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>
- Mattei, L. (2018). Emprego e desemprego em tempos de crise econômica e de reforma trabalhista. *Revista NECAT*, 7(13), 4-11. Recuperado de <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/view/4395>
- Mayol, P. (2013). A Conveniência. In: De Certeau, M., Giard, L., & Mayol, P. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, p. 46-69.
- Nascimento, D. V. C., Reis, C. A., & Teodósio, A. S. S. (2017). A economia de rua: um olhar sobre Belo Horizonte. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais*, 4(10), 1085-1134. Recuperado de <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/view/4151>
- Palhares, J. V., Carrieri, A. P., & Oletto, A. F. (2019). As práticas cotidianas de negócio dos catireiros da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. *Gestão & Regionalidade*, 35(103), 245-261. Recuperado de https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/4468
- Pochmann, M. (2020). Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(1), 89-99. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/csc/a/vnJWDbvYCWqdYdVypqrJMBm/#>
- Raffestin, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática.



- Sousa Filho, A. (2002). Michel De Certeau: fundamentos de uma sociologia do cotidiano. *Sociabilidades*, 2(2), 129-134. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/344453896_Michel_de_Certeau_fundamentos_de_uma_sociologia_do_cotidiano
- Souza, M. L. (2009). “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: Saquet, M. A., & Sposito, E. S. (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, p. 57-72.
- Vieira, Marcelo Milano Falcão; PEREIRA, Bill Nunes. (2005). Estudos etnográficos em administração. In: Vieira, Marcelo Milano Falcão, & Zouain, Deborah Moraes (Org.). *Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática*. Rio de Janeiro: FGV, p. 223-237.
- Ulyssea, G. (2006). Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. *Revista de Economia Política*, 26(4), 596-618. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/rep/a/m4LDxr4dJt6hTJd5589wPBz/?lang=pt>